

# Anais da Assembléia

CURITIBA, 7 E 12 DE NOVEMBRO DE 1974

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES FERNAMENTES

#### 4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

##### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

### DIVISÃO DAS COMISSÕES

#### COMISSÕES TÉCNICAS

##### 7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovídio Franzoni — Quêlss Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nachi — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Igo Lasso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domicio Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nachi — Borsari Netto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Coulo de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domicio Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovídio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aginaldo Pereira Lima — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quêlss Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Lasso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aginaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Teruzinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

### COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Lasso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aginaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —

Quêlss Crisóstomo da Silva — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

### COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

**4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.ª LEGISLATURA****Ata da 194.ª Sessão (Extraordinária)****Realizada em 7 de Novembro de 1974 (Quinta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Borsari Neto, secretariada pelos Srs. Deputados Marciano Baraniuk e Aguinaldo Pereira Lima.

As 9,30 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomel — Marciano Baraniuk — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Quilse Crisóstomo — Rosário Pitelli e Xenofonte Villanueva (30); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Antônio Belinati — Antônio Costa — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Emilio Carazzai — Fuad Nacil — Gilberto Carvalho — Iris Caldart — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes (17).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
Passa-se à**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 30 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 68/74, de autoria do Poder Executivo Mensagem n.º 26/74, que objetiva doar ao Município de Santo Antônio do Sudoeste, o lote de terreno sob n.º 4-B, com 1.290,00 m<sup>2</sup> da Planta Geral da sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. Aprovado, artigo por artigo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para terça-feira, dia 12, às 14,00 horas com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 68/74.  
Levanta-se a Sessão.**4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.ª LEGISLATURA****Ata da 195.ª Sessão Ordinária****Realizada em 7 de Novembro de 1974 (Quinta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima secretariada pelos Srs. Deputados Borsari Neto e Aguinaldo Pereira Lima.

As 9,30 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomel — Marciano Baraniuk — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Quilse Crisóstomo — Rosário Pitelli e Xenofonte Villanueva (29); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Antônio Belinati — Antônio Costa — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Emilio Carazzai — Fuad Nacil — Gilberto Carvalho — Iris Caldart — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes (18).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
**EXPEDIENTE:****OFÍCIOS:**

— Sob os n.ºs. 263, 269, 270, 271 e 272/74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs.:

161/73: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 66-73 que abre crédito especial no valor de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), para despesas com a instalação do Município de Francisco Alves, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.624. — Agradeça-se.

113/74: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 32-74, que abre crédito especial no valor de Cr\$ 558.000,00, para despesas com auxílio à FIDES — Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.625. — Agradeça-se.

69/74: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 27/74, que abre crédito especial no valor de Cr\$ 61.200,00, para atender despesas com o Pessoal Temporário, da Secretaria de Viação e Obras Públicas, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.626. — Agradeça-se.

72/74: Do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores do Instituto de Recuperação de Surdos e Mudos do Paraná, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.628. — Agradeça-se.

264/73: Do Senhor Deputado João Mansur, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Municípios do Noroeste Paranaense — AMUNPAR, com sede e foro na cidade de Paranavai, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.627. — Agradeça-se.

— Sob o n.º 262/74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **VETADO INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei n.º:

100/74: Do Senhor Deputado Francisco Escorsin, que visa alterar dispositivos da Lei n.º 6.212, de 9 de agosto de 1971, a fim de assegurar, na forma que especifica, a incorporação de vantagens previstas na referida lei aos proventos de aposentadoria dos funcionários do Departamento de Rendas Internas. — A C.C.J.

**REQUERIMENTOS:**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente...

**REQUER** a consignação em Ata de manifestação de profundo pesar pelo falecimento do DOUTOR RUBENS BAILÃO LEITE, vitimado por brutal e chocante atentado.

Ocupando cargos de relevância na administração pública de nosso Estado, sempre com destaque e dinamismo, soube grangear vastíssimo círculo de relações. A notícia do seu passamento repercutiu dolorosamente na sociedade paranaense que soube testemunhar solidariedade à família enlutada e verdadeiro repúdio às práticas de violências.

Aprovado o requerido, solicita o autor seja a decisão da Casa comunicada aos familiares do extinto, acompanhada de cópia deste requerimento.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1974.

(a) — Erondy Silvério

**Requerimento**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, requer a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um Voto de Congratulações com a Empresa de Correios e Telégrafos, pela dinamização que vem cumprenhando no setor Filatélico de nosso Estado, treinando pessoal e conscientizando adeptos da importância cultural da filatelia, bem como da inesgotável fonte de conhecimentos e de relacionamento humano, além de ser, na realidade, um bom investimento.

Para isto, a E.C.T., está se fazendo presente, promovendo e participando de exposições, palestras, cursos de iniciação à Filatelia e concursos, não só na Capital como no interior do Estado.

Está a E.C.T. aparelhando-se para dar atendimento à organização de Sociedades Filatélicas e para ministrar palestras Escolares em qualquer ponto do Estado tendo à frente de tais trabalhos, além de seu Diretor Regional Eulógio Khul, os senhores João Rodrigues, Gerente Financeiro e Maria Placina de Andrade, Chefe do Setor Filatélico nesta Capital.

Requer, outrossim, após a aprovação do presente, dê-se ciência da decisão às pessoas acima mencionadas.

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1974.

(a) — Erondy Silvério

**PROJETOS DE LEI:****PROJETO DE LEI N.º 176/74**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Aos ocupantes dos cargos de Assistente, Assessor Jurídico, Diretor Auxiliar, Diretor Secretário da Corregedoria Geral da Justiça e Assessor de Recursos da Parte Suplementar do Tribunal de Justiça; aos ocupantes dos cargos de Diretor Adjunto, Assistente Técnico, Auxiliar Técnico, Médico e Secretário de Comissão, da Parte Permanente da Assembléia Legislativa do Estado; e aos ocupantes dos cargos de Secretário Geral, Diretor, Assessor Técnico, Assistente Técnico da Presidência, Tesoureiro, Auxiliar de Tesoureiro e Bibliotecário, da Parte Suplementar do Tribunal de Contas do Estado, fica concedida a Gratificação de Produtividade de que trata a Lei n.º 6.593/74, no valor único de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), obedecidas as exigências contidas na referida Lei.

Parágrafo Único — Aos que, após o advento das Leis n.ºs. 6.569/74 e 6.593/74 forem providos nos cargos nelas especificados, será assegurada a Gratificação de Produtividade nos valores e condições previstos nas referidas leis.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1974.

(a) Ivo Thomazoni

**JUSTIFICATIVA:**

O Projeto que ora estou apresentando vem dar cumprimento ao que foi prometido por esta liderança em Plenário quando da votação das Leis n.ºs. 6.569/74 e 6.593/74, de numa terceira etapa o Poder Executivo poderia solucionar também o problema dos cargos isolados da Assembléia, Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas.

Visando atender todos aqueles que ficaram excluídos daquelas Leis, estamos propondo uma medida de inteira justiça, que acreditamos não haver qualquer óbice na sua aprovação e sanção, pois está se obedecendo o princípio de igualdade de direitos perante a Lei.

Assim sendo, este Projeto contemplará as categorias de servidores ainda não atingidos pela Gratificação de Produtividade, acabando com exceções e todos os problemas de ordem funcional e hierárquica existentes.

Esse o motivo que nos levou à medida desta natureza, a qual acreditamos merecer a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa.

**PROJETO DE LEI N.º 177/74**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Tenda Espírita Mãe Margarida", sociedade civil de caráter religioso-filantropico, sediada nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1974.

(a) Aguinaldo Pereira Lima

## JUSTIFICAÇÃO:

A entidade ora contemplada com a proposta de reconhecimento de utilidade pública, reúne os requisitos da legislação que rege a espécie, conforme se pode verificar do Estatuto e da Certidão do 2.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, da Capital.

Por eles se verifica a natureza filantrópica da sociedade, a gratuidade do exercício dos cargos diretivos e o tempo de funcionamento superior ao mínimo estabelecido, o que garante ao projeto uma tranqüila aprovação.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não havendo cradores inscritos, declaro livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra no Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 29 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Aguiinaldo Pereira Lima, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 38/74, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo elevar a pensão mensal do Senhor Fred Hauber para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros). Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. e favorável da C.F. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 92/74, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Colombo, 10 (dez) destocadores modelo 6A-DET e 2 (dois) guinchos Hister, números, séries e lotes que especifica, pertencentes à Secretaria de Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com SUBSTITUTIVO. — Aprovado, com Substitutivo.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 154/74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 56/74, que dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1975/1977. Parecer favorável da Comissão de Orçamento. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 98/74, de autoria do Deputado Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria dos Negócios da Viação e Obras Públicas, prestar auxílios em forma de reparos às entidades que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 126/74, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao ex-Governador do Estado, Doutor Paulo Cruz Pimentel. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 130/74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 51/74, anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre o Código Sanitário. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.S.P. — Aprovado.

## MENSAGEM — 51/74

Curitiba, 12 de agosto de 1974.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei que visa estabelecer normas de amparo e preservação da saúde da comunidade no Estado — "Código Sanitário".

2. A proposição constante do Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Assembléia Legislativa, consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, pois objetiva atualizar, sob o aspecto legal e técnico, as atividades do Poder Público no setor sanitário, fato que, sem nenhuma dúvida, virá ensejar à Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública as condições necessárias no sentido de que aquela Pasta execute em toda plenitude possível a sua importante missão.

Por outro lado, comunico a Vossa Excelência que, face o encaminhamento do anexo plano de Lei a exame desse Poder Legislativo, poderá ser determinado o arquivamento da Mensagem n.º 17/67, de 8-5-67, que cuida de matéria idêntica e que se encontra em tramitação nessa Casa de Leis.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colênia Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

## ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

## CÓDIGO SANITÁRIO

## CAPÍTULO I

## Disposições Preliminares

Art. 1.º — Todos os assuntos pertinentes à saúde da comunidade no Estado serão regidos pelas disposições contidas nesta Lei, no Ato que a regulamentar e nas Normas Técnicas Especiais a serem baixadas pela Secretaria de Saúde Pública, obedecendo, no que couber, à legislação federal vigente.

Art. 2.º — O regulamento e as normas mencionadas no artigo anterior serão elaborados visando zelar pela saúde e bem-estar da população.

Parágrafo Único — A aplicação das medidas cuja natureza tenha por finalidade o bem-estar coletivo, constitui dever não só do Estado mas também da família e do indivíduo.

Art. 3.º — A Secretaria de Saúde Pública incumba pesquisar, planejar, orientar, fiscalizar, coordenar e executar as medidas que visem a promoção, preservar e recuperação da saúde, bem como promover e incentivar, na esfera pública ou privada, estudos e programas sobre problemas médico-sanitários do Estado.

Art. 4.º — A Secretaria de Saúde Pública estimulará orientará e fiscalizará a ação da iniciativa privada na promoção, proteção e recuperação da saúde.

§ 1.º — O Estado, por seu órgão competente, mediante acordos, protocolos e ou convênios, poderá subvencionar instituições particulares que se dediquem à atividade relacionada com saúde pública, assistência médica e saneamento.

§ 2.º — A inobservância das cláusulas reguladoras de concessões financeiras ou de prestação de serviços, inabilitará as entidades privadas para o recebimento de qualquer auxílio oficial.

Art. 5.º — A Secretaria de Saúde poderá firmar convênios de cooperação com órgãos federais, estaduais e municipais, entidades autárquicas e parcerias, bem como instituições e organizações internacionais da mesma finalidade, objetivando a instituição de novos serviços ou a melhoria, a ampliação ou a integração de atividade já existentes.

## CAPÍTULO II

## Saneamento

Art. 6.º — As medidas de saneamento constituem obrigação do Estado, bem como das entidades públicas e particulares e das pessoas físicas.

Art. 7.º — A Secretaria de Saúde Pública no que lhe couber adotará providências para solução dos problemas básicos de saneamento.

Parágrafo Único — Estão sujeitos à orientação e à fiscalização da autoridade sanitária os serviços de saneamento, inclusive o de abastecimento de água e o de remoção de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, desde que os mesmos não sejam explorados por entidade autárquica estadual ou mista com capital estadual majoritário.

Art. 8.º — Todo o prédio destinado à habitação, ou, para fins comerciais ou industriais, deverá ser ligado às redes de abastecimento de água e de remoção de dejetos, quando a exploração dos sistemas for estadual, municipal ou concedida.

§ 1.º — Os poços freáticos e tubulares profundos poderão ser lacrados sem inutilização, a critério da autoridade sanitária, onde existir rede pública de distribuição de água.

§ 2.º — No caso de inexistência das redes de abastecimento de água e remoção de dejetos, fica, o proprietário, responsável pela adoção de processos adequados, observadas as normas estabelecidas pelo órgão sanitário, cabendo ao usuário a responsabilidade pela conservação.

Art. 9.º — O controle da contaminação ou poluição de águas receptoras ou áreas territoriais, em conseqüência do lançamento de resíduos de qualquer natureza, compete à administração estadual, através de seus órgãos especializados sem prejuízo da responsabilidade que possa ser atribuída a terceiros.

§ 1.º — O lançamento de resíduos na atmosfera, em águas receptoras em áreas territoriais, somente será permitido quando não prejudicial à saúde e à ecologia.

§ 2.º — As águas residuárias que, por suas características físicas, químicas ou biológicas, alterem prejudicialmente a composição das águas receptoras, deverão sofrer adequado tratamento.

Art. 10 — Só poderão ser licenciadas ou expedidos certificados de habitabilidade, pela autoridade sanitária competente, desde que estejam de acordo com as normas Técnicas Especiais estabelecidas, as construções, instalações ou reformas de:

- a) — mercados e feiras livres;
- b) — habitação em geral;
- c) — hospitais, maternidades, casas de saúde, creches e estabelecimentos congêneres;
- d) — estabelecimentos de ensino;
- e) — estabelecimentos industriais e comerciais;
- f) — locais de diversão e esporte;
- g) — garagens e oficinas;
- h) — farmácias, drogarias e herbanários;
- i) — laboratórios de análises e de produtos farmacêuticos;
- j) — salões de barbeiros, cabeleireiro e institutos de beleza;
- k) — coqueiras, estábulos, cavalarias, pocilgas, galinheiros e outros locais para abrigo ou criação de animais;
- l) — cemitérios, necrotérios e capelas mortuárias;
- m) — estabelecimentos de qualquer espécie que produzam ou manipulem gêneros alimentícios; e,
- n) — outros estabelecimentos não especificados, de interesse sanitário.

Art. 11 — Processar-se-ão em condições que não afetem a estética, nem tragam malefícios ou inconveniências à saúde e ao bem-estar coletivo ou do indivíduo:

- a) — a coleta, a remoção e o destino do lixo;
- b) — a drenagem do solo, como medida de saneamento do meio;
- c) — o lançamento ao ar de substâncias estranhas, sob a forma de vapores, gases, poeiras ou qualquer substância incômoda ou nociva à saúde;
- d) — a produção de ruídos;
- e) — a construção e o uso de piscinas;
- f) — a manutenção de áreas baldias;
- g) — a produção, o acondicionamento, o transporte e o uso de substâncias tóxicas e ou radioativas.

Art. 12 — A Secretaria de Saúde Pública, na medida de suas possibilidades, fiscalizará a construção e o funcionamento de piscinas públicas e sociais.

Art. 13 — Sempre que houver aproveitamento de resíduos para industrialização e outros fins, compete à autoridade sanitária proceder ao exame dos mesmos, antes de autorizar a sua utilização.

Art. 14 — Os loteamentos de terreno com o fim de extensão ou formação de núcleos urbanos deverão obedecer aos requisitos de saneamento e higiene regulamentares.

## CAPÍTULO III

## Higiene das Habitações

Art. 15 — As habitações e construções em geral obedecerão aos requisitos de higiene indispensáveis para a proteção da saúde dos moradores e usuários.

§ 1.º — As habitações, os estabelecimentos comerciais ou industriais, públicos ou privados e as entidades e instituições de qualquer natureza, são obrigados a atender aos preceitos de higiene e segurança do trabalho.

§ 2.º — Os projetos de construção de imóveis, destinados a qualquer fim, deverão prever os requisitos de que trata o presente artigo.

§ 3.º — A ocupação de um prédio ou parte de prédio, para moradia ou outro qualquer fim, depende de autorização, posterior à verificação sanitária.

Art. 16 — O usuário do imóvel é o responsável, perante a Secretaria de Saúde Pública, pela sua manutenção higiênica.

Parágrafo Único — Sempre que as deficiências das condições higiênicas, pela sua natureza, não forem de responsabilidade do usuário ou do poder público, sê-lo-ão do proprietário.

Art. 17 — A Secretaria de Saúde Pública através de Normas Técnicas fixará as condições de higiene exigidas para cada tipo de imóvel, ficando o proprietário obrigado a entregá-lo ao usuário, na forma do disposto neste artigo.

Art. 18 — Compete à Secretaria de Saúde Pública estabelecer o limite máximo do número de pessoas que possam ocupar, em parte ou no todo, hotéis, colônias de férias, pensões, internatos, asilos e estabelecimentos congêneres, destinados ou não à habitação coletiva.

Art. 19 — Compete à Saúde Pública, interditar ou determinar a demolição de toda a construção ou imóvel que, pela sua insalubridade, não ofereça as indispensáveis condições de higiene.

#### CAPÍTULO IV Higiene da Alimentação

Art. 20 — A Secretaria de Saúde Pública incumba a fiscalização sanitária dos gêneros alimentícios e das matérias-primas usadas na sua produção, assim como dos locais e processos de produção, industrialização e comercialização.

Art. 21 — Os estabelecimentos comerciais e industriais onde sejam produzidos, preparados, recebidos, depositados, expostos à venda ou dados ao consumo gêneros alimentícios, bem como aparelhos, máquinas, utensílios, recipientes e viaturas utilizadas no seu transporte e distribuição, serão mantidos em perfeitas condições de higiene.

§ 1.º — As instalações, equipamentos e utensílios referidos neste artigo deverão ser previamente aprovados pela autoridade sanitária.

§ 2.º — As pessoas que trabalharem nos estabelecimentos a que se refere este artigo ficarão sujeitas a exames periódicos de saúde, sendo vedada a atividade de pessoas portadoras de doenças transmissíveis ou de moléstias consideradas repelentes.

Art. 22 — Os gêneros alimentícios que sofram processo de acondicionamento ou industrialização, antes de serem dados ao consumo, ficam sujeitos a registro e exame prévio bem como a análises fiscal e de controle.

Art. 23 — Só poderão ser oferecidos ao consumo, gêneros alimentícios em perfeito estado de conservação e que por sua natureza, manipulação e acondicionamento, não sejam nocivos à saúde.

Art. 24 — Sempre que constatada, mesmo pela simples inspeção organoléptica, a alteração, contaminação, adulteração ou falsificação de um produto alimentício, tornando-o impróprio para o consumo, será o mesmo apreendido, ficando o responsável sujeito às sanções regulamentares, sem prejuízo de outras penalidades constantes da legislação vigente.

§ 1.º — Determinados produtos considerados impróprios para o consumo humano, a juízo da autoridade sanitária, ao invés de serem inutilizados, poderão ser destinados à alimentação animal ou a fins industriais, desde que para isso se preste.

§ 2.º — O destino final dos produtos apreendidos, inutilizados, liberados para alimentação animal ou a fins industriais, será sempre fiscalizado pela autoridade sanitária.

Art. 25 — As infrações ocorridas na manipulação, comércio ou industrialização de gêneros alimentícios serão de inteira responsabilidade dos respectivos proprietários, salvo quando for manifesto o intento do dono ou má-fé dos seus empregados ou prepostos, caso em que estes, serão os responsáveis.

Art. 26 — A Secretaria de Saúde Pública realizará inquéritos e pesquisas sobre alimentos e nutrição, nos seus aspectos relacionados com a saúde, divulgando os resultados colhidos e diligenciando na implantação de programas de incentivo à produção e à boa alimentação.

#### CAPÍTULO V Higiene Ocupacional

Art. 27 — A autoridade sanitária investigará e, em regime de cooperação com o órgão federal, fiscalizará:

- a) — as condições sanitárias dos locais de trabalho;
- b) — as condições de saúde do trabalhador;
- c) — os maquinismos e instrumentos de trabalho, bem como os dispositivos de proteção individual;
- d) — as condições inerentes à própria natureza e ao regime de trabalho.

Art. 28 — As indústrias a se instalarem no território estadual deverão submeter ao exame prévio da autoridade sanitária o plano completo do lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, sua destinação e as medidas tomadas para evitar os prejuízos da poluição e contaminação de águas receptoras, de áreas territoriais ou da atmosfera.

Parágrafo Único — As indústrias já instaladas ficam obrigadas a promover as medidas necessárias para corrigir os inconvenientes da poluição e da contaminação de águas receptoras, de áreas territoriais e da atmosfera, dentro do prazo fixado pela autoridade competente.

Art. 29 — O órgão sanitário promoverá campanhas educativas e o estudo das causas de infortúnios de trabalho e de acidentes pessoais, indicando os meios de sua prevenção.

#### CAPÍTULO VI Doenças Transmissíveis

Art. 30 — Compete à autoridade sanitária a execução e a coordenação de medidas visando a prevenção e o controle das doenças transmissíveis.

Art. 31 — A autoridade sanitária determinará, em caso confirmado ou suspeito de doença transmissível, as medidas de profilaxia a serem adotadas.

Parágrafo Único — O controle das doenças transmissíveis abrangerá as seguintes medidas gerais:

- I — Notificação;
- II — Investigação epidemiológica;
- III — Isolamento hospitalar ou domiciliar;
- IV — Tratamento;
- V — Controle e vigilância de casos, até a liberação;
- VI — Verificação de óbitos;
- VII — Exames periódicos de saúde;
- VIII — Desinfecção e expurgo;
- IX — Assistência social, readaptação e reabilitação;

- X — Imunização de susceptíveis e expostos;
- XI — Profilaxia individual;
- XII — Educação Sanitária;
- XIII — Saneamento;
- XIV — Controle de portadores e comunicantes;
- XV — Proteção sanitária de alimentos;
- XVI — Controle de animais com responsabilidade epidemiológica na patologia humana;
- XVII — Estudos e pesquisas;
- XVIII — Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal especializado.

Art. 32 — As medidas de isolamento e observação implicam em abono de faltas à escola ou serviço de qualquer natureza, público e privado, mediante expedição do competente atestado comprobatório.

Art. 33 — Cabe à autoridade sanitária tomar medidas que objetivem a elucidação diagnóstica, podendo realizar exame cadavérico, viscerotomia ou necropsia, nos casos de óbito suspeito de ter sido causado por doença transmissível.

Art. 34 — Sempre que se fizer necessário, a autoridade sanitária poderá exigir e executar provas imunológicas ou de esclarecimento de diagnóstico.

Art. 35 — É obrigatória a apresentação de comprovantes das imunizações exigidas, nos seguintes casos:

- a) — exercício de cargo ou função, pública ou privada;
- b) — matrícula anual em estabelecimentos de ensino, de qualquer natureza;
- c) — internamento ou trabalho em asilos, creches, pensionatos ou estabelecimentos similares;
- d) — obtenção de carteira de identidade;
- e) — registro individual de trabalho ou qualquer outra carteira oficialmente instituída.

§ 1.º — A juízo da autoridade sanitária, a obrigatoriedade da vacinação poderá ser dispensada temporariamente, mediante atestado médico que justifique tal medida.

§ 2.º — Os atestados de vacinação serão fornecidos gratuitamente pelo órgão próprio de saúde pública.

§ 3.º — Em nenhum dos casos previstos neste artigo os atestados de imunização poderão ficar retidos pelo órgão ou autoridade que o exigiu.

§ 4.º — O atestado definitivo só será fornecido depois de última aplicação, para as imunizações que exigirem mais de uma dose de vacina ou, conforme o caso, quando comprovado seu aproveitamento.

Art. 36 — Em caso de zoonoses de interesse da saúde pública a autoridade sanitária colaborará com o órgão competente, a fim de:

- a) — observar os animais doentes;
- b) — isolá-los ou submetê-los à observação;
- c) — promover o tratamento ou sacrifício.

Art. 37 — Cabe à autoridade sanitária promover junto aos órgãos competentes a matrícula e vacinação dos cães, gatos e demais animais domésticos ou domesticados que possam transmitir a raiva.

§ 1.º — Sempre que conveniente, em benefício da saúde da comunidade, poderá ser determinada a imunização, a matrícula ou o sacrifício de qualquer animal.

§ 2.º — Os animais que não satisfizerem ao disposto no presente artigo serão apreendidos, ficando sob custódia pelo prazo que a regulamentação determinar.

#### CAPÍTULO VII

##### Doenças Não Transmissíveis

Art. 38 — A Secretaria de Saúde Pública compete planejar, coordenar, executar e orientar as providências, destinadas ao controle das doenças não transmissíveis de importância sanitária, especialmente o câncer, as afecções cardiovasculares, as doenças da nutrição e abiotróficas, as intoxicações e outras.

Parágrafo Único — As doenças não transmissíveis, quando conveniente, poderão ser consideradas de notificação compulsória.

#### CAPÍTULO VIII

##### Notificação Compulsória

Art. 39 — Todo o caso confirmado ou suspeito de doenças que, por sua gravidade, incidência ou possibilidade de disseminação, exigir medidas especiais de controle, deverá ser notificado compulsoriamente à autoridade sanitária, dentro de 24 horas de seu conhecimento.

Art. 40 — Serão compulsoriamente notificadas, no Estado do Paraná, as doenças previstas na legislação federal, além de outras que ofereçam interesse epidemiológico na região.

§ 1.º — A regulamentação desta lei, estabelecerá as doenças de que trata o presente artigo, bem como os responsáveis pela notificação.

§ 2.º — A notificação poderá ter caráter sigiloso.

Art. 41 — A recusa comprovada e reiterada, por parte do médico, da comunicação de casos de doença notificável, será levada ao conhecimento do Conselho Regional de Medicina, sem prejuízo de sanções previstas na regulamentação desta lei.

Art. 42 — O veterinário ou qualquer pessoa que verificar a ocorrência de zoonose transmissível ao homem, deverá notificá-la imediatamente, à autoridade sanitária.

#### CAPÍTULO IX

##### Higiene Materna, da Criança e do Adolescente

Art. 43 — A Secretaria de Saúde Pública, através de seus órgãos competentes, promoverá de modo sistemático e permanente em todo o território do Estado, a assistência sanitária à maternidade, à infância, à criança e à adolescência.

§ 1.º — O plano assistencial terá estabelecido mediante estudos e pesquisas que envolvam todas as fases de atendimento, as suas deficiências e respectivas causas, especialmente as que disserem respeito à mortalidade materna ou da criança.

§ 2.º — A norma de execução incluirá programa de odontologia sanitária para gestantes, pré-escolares e escolares.

Art. 44 — Compete à Secretaria de Saúde Pública, coordenar e estimular o desenvolvimento das atividades realizadas por entidades privadas que atuem

dentro dos objetivos especificados no artigo anterior, fixando, quando necessário, as prioridades indicadas.

Art. 45 — Além das outras atividades que se fizerem necessárias, o órgão sanitário promoverá:

- a) — A verificação das condições sanitárias e de segurança dos locais e estabelecimentos de ensino público e privado;
- b) — o controle do estado de saúde do pessoal docente e administrativo dos estabelecimentos referidos na alínea a;
- c) — o controle do estado de saúde do pessoal discente, visando, principalmente, a descoberta precoce e respectiva correção das deficiências físicas mentais, nutricionais e dentárias como também, a prevenção da disseminação de doenças transmissíveis no escolar;
- d) — o controle da alimentação distribuída a escolar em regime de internato, bem como da supletiva, fornecida por estabelecimento de ensino;
- e) — a difusão do ensino de higiene nas escolas, como parte de um sistema compatível de educação sanitária.

Art. 46 — O órgão específico da Secretaria de Saúde Pública, promoverá a criação e o desenvolvimento de atividades de assistência pré-nupcial, pré-concepcional, pré-natal, e à criança, até a adolescência.

## CAPÍTULO X

### Saúde Mental

Art. 47 — A cargo da Secretaria de Saúde Pública, a Saúde Mental compreende atividade de higiene mental e de assistência psiquiátrica.

Parágrafo Único — Na luta contra as doenças mentais dar-se-á ênfase especial ao diagnóstico precoce, ao tratamento e às medidas profiláticas, procurando reduzir ao mínimo os internamentos em estabelecimentos nosocomiais.

Art. 48 — O psicopata será assistido em instituições ou serviços especializados, públicos ou particulares, estes mediante convênio, ou em regime de assistência familiar ou hetero familiar, quando indicado.

Art. 49 — É defeso a pessoas sem habilitação legal para o exercício da profissão praticar técnicas psicológicas com fundamentos em processos de sugestão capazes de influenciar o estado mental de indivíduos ou coletividade, ainda que sem finalidade de proteção ou recuperação de saúde.

Art. 50 — Somente poderá ser classificado como doente mental nos estabelecimentos nosocomiais especializados, aquele que como tal for reconhecido após observação e esclarecimento de diagnóstico.

Art. 51 — Visando a profilaxia das doenças mentais, o órgão sanitário promoverá as medidas indispensáveis à repressão ao alcoolismo, às toxicomanias, ao uso indiscriminado de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas.

## CAPÍTULO XI

### Fiscalização da Medicina e Profissões Afins

Art. 52 — O órgão sanitário estadual fiscalizará, de conformidade com o que estatui a legislação federal:

- a) — o exercício da medicina, da odontologia, da farmácia, de medicina veterinária, de enfermagem e de outras profissões relacionadas com as mesmas;
- b) — os estabelecimentos que se relacionam com as profissões constantes do artigo;
- c) — a produção e o comércio de drogas e produtos terapêuticos, de material cirúrgico, ortopédico e de uso das profissões mencionadas no artigo; de desinfetantes, inseticidas, cosméticos e produtos de toucador;
- d) — o uso e o comércio de substâncias tóxicas e entorpecentes.

Art. 53 — No desempenho da ação fiscalizadora, a autoridade sanitária licenciará e inspecionará os estabelecimentos em que sejam produzidos, manipulados ou comercializados os produtos e substâncias referidos no artigo anterior, podendo colher amostras para análise, realizar apreensão ou inutilização daqueles que não satisfizerem às exigências regulamentares ou forem utilizados ilegalmente.

Art. 54 — Os diplomas, títulos, graus ou certificado que, na forma da lei federal, capacitem seus portadores ao exercício das profissões relacionadas com a prevenção e tratamento de doenças, serão obrigatoriamente registrados no órgão estadual de saúde pública.

Parágrafo Único — Os indivíduos que exerçam qualquer atividade relacionada com a medicina e profissões afins, sem possuírem título devidamente registrado, estão sujeitos às sanções legais.

## CAPÍTULO XII

### Defesa Sanitária Internacional

Art. 55 — Compete à autoridade sanitária estadual observar e fazer observar, na área estadual, as determinações e códigos sanitários internacionais, regulamentos, acordos e convênios subscritos pelo Brasil.

## CAPÍTULO XIII

### Educação Sanitária

Art. 56 — A Secretaria de Saúde Pública estabelecerá programas de educação sanitária, utilizando os recursos capazes de criar ou modificar hábitos e comportamento do indivíduo em relação à saúde.

Parágrafo Único — Quando organizados ou executados por particulares ou entidades da administração estadual, os trabalhos de educação sanitária serão orientados pelo órgão sanitário competente.

Art. 57 — A educação sanitária é considerada meio indispensável para o êxito das atividades de saúde, desenvolvidas em nível central, regional ou local.

Parágrafo Único — A educação sanitária será objeto de ensino e difusão pelos professores, visando os indivíduos em formação, mais suscetíveis à criação e conservação de hábitos ou comportamentos relacionados com a defesa da saúde.

## CAPÍTULO XIV

### Estatística

Art. 58 — O órgão sanitário estadual obterá, coletará, analisará e divulgará os dados estatísticos relacionados com a saúde.

Art. 59 — Os estabelecimentos de saúde, oficiais e privados, os serviços

de verificação de óbitos, os hospitais e estabelecimentos congêneres, os organismos parahospitais, os cartórios de registros públicos e outros que coleteem dados, fornecerão ao órgão próprio da estatística os elementos e informes indispensáveis.

Parágrafo Único — O não cumprimento dessa exigência impedirá o recebimento de auxílio ou subênção oficial, independente de outras penalidades a que estiver sujeito o estabelecimento faltoso.

## CAPÍTULO XV

### Serviços de Laboratório

Art. 60 — O órgão de Saúde Pública disporá de uma instituição destinada a:

- I — realizar os exames e investigações nos campos microbiologia, parasitologia, micologia, imunologia, sorologia, química, bromatologia, e patologia, inclusive água, higiene industrial, controle de radioatividade e outros de interesse médico sanitário;
- II — preparar produtos imunizantes;
- III — estabelecer padrões, métodos e técnicas;
- IV — instituir e superintender laboratórios de Saúde Pública nas regiões e Unidades Sanitárias previstas pelo órgão próprio;
- V — cooperar com a Escola de Saúde Pública nos programas de ensino técnico de laboratório.

## CAPÍTULO XVI

### Assistência Médico-Hospitalar

Art. 61 — A Secretaria de Saúde Pública promoverá o aprimoramento técnico e material dos estabelecimentos hospitalares em geral e estimulará a criação de novas unidades, onde necessárias.

Parágrafo Único — Os projetos de construção, modificação ou reforma de hospitais ou estabelecimentos congêneres, bem como o seu início de funcionamento, depende de aprovação ou autorização da autoridade sanitária.

Art. 62 — Os hospitais e estabelecimentos congêneres que receberem auxílios financeiros do Estado, ficam obrigados a manter à disposição dos órgãos de saúde um mínimo de leitos disponíveis, segundo disposições baixadas pelo órgão competente.

Parágrafo único — Os estabelecimentos hospitalares, mencionados no artigo serão organizados de acordo com o princípio de integração regionalização constantes do plano sanitário.

## CAPÍTULO XVII

### Preparação do Pessoal Técnico

Art. 63 — A Secretaria de Saúde é competente através do seu órgão especializado, para preparar pessoal técnico destinado aos serviços de Saúde Pública, em consonância com a legislação federal específica.

Art. 64 — A formação e o aperfeiçoamento de pessoal técnico são fundamentais e indispensáveis para a execução de programas de saúde no Estado.

Parágrafo Único — O ingresso em cargos ou funções de saúde pública, para as quais sejam necessários conhecimentos especializados, estará condicionado, além das demais exigências legais à apresentação de títulos comprobatórios de curso de aperfeiçoamento.

Art. 65 — O órgão sanitário estimulará os órgãos especializados, públicos ou privados, com o fim de manter, regularmente, cursos de interesse técnico e científico, para desenvolvimento de suas atividades sanitárias.

Art. 66 — O órgão sanitário poderá exigir a apresentação de diploma ou certificado de conclusão de cursos de extensão e especialidade, para ocupantes de cargos e funções dos serviços de saúde, para cujo exercício sejam necessários conhecimentos técnicos especializados.

## CAPÍTULO XVIII

### Da Carteira Sanitária

Art. 67 — A Carteira Sanitária é o documento expedido pelo órgão sanitário competente, após exame de saúde, periodicamente realizado.

§ 1.º — Destina-se a Carteira Sanitária a comprovar condições satisfatórias de saúde para os indivíduos que manipulam gêneros alimentícios, ou que desempenham funções que exijam contato direto e permanente com o público em geral.

§ 2.º — Além dessa finalidade básica, a Carteira Sanitária poderá conter informações sobre imunizações realizadas, tipo sanguíneo, fator Rh, glicemia, reações alérgicas e outras de interesse clínico.

Art. 68 — As atividades em que será obrigatoriamente exigida a Carteira Sanitária, serão objeto de regulamentação específica.

Art. 69 — A Carteira Sanitária poderá ser denegada, suspensa ou invalidada, quando for confirmado ou houver suspeição de portador de doença transmissível.

## CAPÍTULO XIX

### Das Penalidades

Art. 70 — Para qualquer infração às disposições estatuídas nesta lei, desde que lavrado o auto de infração, a autoridade sanitária expedirá intimação ou notificação, que servirá de base ao processo administrativo da contração.

Art. 71 — A infração às normas em vigor serão punidas com as seguintes penalidades:

- a) — multa;
- b) — apreensão;
- c) — inutilização;
- d) — interdição temporária;
- e) — interdição definitiva.

Art. 72 — As multas serão arbitradas em grau mínimo, médio ou máximo. Parágrafo Único — Para aplicação de grau arbitrado, deverá ser considerado:

- a) — a maior ou menor gravidade da infração;
- b) — as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- c) — os antecedentes do infrator, com relação ao disposto nesta lei, ou na sua regulamentação.

Art. 73 — As infrações do disposto nesta lei ou seu regulamento serão punidas com multa de 1/10 a três salários mínimos vigentes no Estado, calculados pela média e arredondadas as frações do cruzeiro.

Parágrafo Único — Se as multas não estiverem pagas até a ocasião da renovação anual da licença sanitária, esta não será concedida.

Art. 74 — Em caso de reincidência, a multa será aplicada ao dobro da anterior, ficando ainda o infrator, conforme a gravidade da infração, sujeito à cassação temporária ou definitiva da licença, com suspensão de suas atividades.

§ 1.º — Considera-se reincidência, a repetição da infração pela mesma pessoa física ou jurídica, que poderá ser novamente autuada, se o processo anterior já tiver passado ou julgado e recebido decisão condenatória.

§ 2.º — As omissões ou incorreções de autos não acarretarão nulidade, quando no processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração ou do infrator.

§ 3.º — A autoridade imediatamente superior é competente para conhecer de recursos interpostos à aplicação de penalidade.

Art. 75 — A imposição de penalidade por infração do disposto na presente lei, não isenta o infrator de ação penal que no caso couber.

## CAPÍTULO XX

### Disposições Gerais e Transitórias

Art. 76 — A autoridade sanitária terá livre ingresso, em qualquer dia, mediante identificação e uso das formalidades legais, em todas as habitações, particulares ou coletivas, prédios ou estabelecimentos de qualquer espécie, terrenos, lugares e logradouros públicos, neles fazendo observar o cumprimento das leis e regulamentos vigentes.

§ 1.º — Nos casos de oposição à visita ou inspeção, a autoridade sanitária intimará o proprietário, locatário, morador, administrador ou seus procuradores e facilitar a visita imediatamente ou dentro de 24 horas, conforme a urgência.

§ 2.º — Persistindo o embaraço a autoridade sanitária poderá solicitar a intervenção da autoridade judicial, esgotadas as medidas de conciliação, sem prejuízo das penalidades previstas.

Art. 77 — Dentro de 60 (sessenta) dias o Chefe do Poder Executivo expedirá decreto aprovando o regulamento da presente lei.

Art. 78 — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 130/74

Mensagem do Poder Executivo, transformada nesta Casa no Projeto de Lei ora em exame, encaminha a esta Casa, para ser apreciado e aprovado, o "Código Sanitário" do Estado.

Após bem examinar a matéria, cheguei à conclusão que a mesma consulta os altos interesses da Administração, atualizando legal e tecnicamente as atividades do Poder Público no setor da saúde pública.

Por estas razões o meu parecer é favorável, para posterior trâmite regimental.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

#### PROJETO DE LEI N.º 130/74

**PARECER** — A presente proposição sob o ponto de vista técnico, atualiza e ensaja à Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública, as condições necessárias no sentido de que aquela Pasta cumpra sua missão junto a coletividade paranaense.

Com a aprovação deste Código Sanitário, ampliar-se-á no setor da saúde, as obrigações e atribuições da Secretaria de Saúde Pública, num todo que parece-nos ser quase perfeito, pois entre essas novas incumbências, estará a seu cargo; pesquisar, planejar, orientar, fiscalizar, coordenar e executar medidas que promovam e recuperem a saúde, promovendo também o incentivo na esfera pública ou privada com estudos dos problemas médico-sanitário em nosso Estado.

No setor de Saneamento que aliás é uma das obrigações do Poder Público, passará a Secretaria de Saúde à adotar providências orientando e fiscalizando serviços de abastecimento de água, remoção de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, controlando a contaminação ou poluição de águas ou áreas territoriais através de seus órgãos especializados, salvaguardando assim a saúde e a ecologia.

Dentro de normas Técnico-Sanitárias-Especiais, o licenciamento de habitação pela autoridade sanitária, abrangerá construções, instalações e reforma de imóveis hospitalares, farmacológicos, comerciais e industriais, recreativos e seus serviços gerais, escolares e inclusive locais para abrigo e criação de animais, abrangendo também, cemitérios, capelas mortuárias e estabelecimentos não especificados mas de interesse sanitário.

No que tange a Higiene Habitacional, Alimentar e a das Ocupações, a Secretaria da Saúde Pública, terá condições de verificar e adotar normas indispensáveis para proteger a saúde de usuários e moradores, incumbindo-se na fiscalização sanitária dos gêneros alimentícios e matéria-prima usadas na sua produção, industrialização e comercialização.

Em cooperação com órgãos Federais a autoridade sanitária, investigará e fiscalizará locais de trabalho, condições de saúde do trabalhador, maquinismos, instrumentos e aparelhos de trabalho e dispositivos de proteção do indivíduo nos seus afazeres, submetendo indústrias já instaladas ou que vierem a se instalar a normas sanitário-profiláticas, com vistas a poluição e contaminação atmosféricas, promoverá campanhas e estudos das causas de infortúnios de trabalho e acidentes pessoais, indicando meios de prevenção.

No capítulo que trata das Doenças Transmissíveis, o projeto de lei amplia a competência da autoridade sanitária; para executar, coordenar, prevenir e controlar surtos epidemiológicos, abrangendo desde a simples notificação até o treinamento de pessoal especializado para combater ditos surtos.

Atualmente no campo da medicina em doenças transmissíveis, vastos são os métodos e técnicas usados em tais casos a fim de que chegue-se a resul-

tados satisfatórios e só um técnico altamente abalizado poderá dar seu ponto de vista a contento, mas de um modo geral, nota-se o interesse do Poder Público nesse setor.

As Doenças não Transmissíveis, também mereceram destaque no bojo do projeto em tela, pois a Secretaria de Saúde, terá condições de planejar, coordenar, executar e orientar sanitariamente doenças como: câncer, afecções cardiovasculares, de nutrição abiotróficas, intoxicações e outras.

Mediante estudos e pesquisas pretende a autoridade sanitária, dar assistência à maternidade, infância, à criança e ao adolescente, num programa médico-sanitário-profilático que certamente, virá de encontro às aspirações governamentais e populacionais.

No que diz respeito a Fiscalização da Medicina e Profissões Afins, com as normas já vigentes e com as que aqui se pretende incluir cremos, nesse setor estaremos em situação de resguardo.

Abrangendo Defesa Sanitária Internacional, Educação Sanitária, Serviços de Laboratórios, Assistência Médico-Hospitalar e preparação de Pessoal Técnico, este projeto de lei do "CÓDIGO SANITÁRIO", atualiza o Poder Público Estadual através de sua Secretaria competente, no setor de saúde pública e esta Comissão dá seu parecer: Favorável, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 30 de setembro de 1974.

(aa) Arizone Araujo — Presidente

Haroldo Bianchi — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Rubens Baillão Leite. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à Empresa de Correios e Telégrafos, pela dinamização que vem empenhando no setor Filatélico de nosso Estado. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 12, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 98/74 e 126/74.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 130/74.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 71/74.

Levanta-se a Sessão.

### ATAS DAS COMISSÕES:

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### 4.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA

##### ATA DA 5.a SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de outubro de um mil novecentos e setenta e quatro, às quinze horas, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do Senhor Deputado Francisco Borsari Netto, presentes os Senhores Deputados, Antonio Belinati, Lázaro Dumont, Francisco Escorsin e Leopoldo Jacomet, havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, não havendo expediente sobre a mesa, passou-se de imediato à ORDEM DO DIA — PROJETO DE LEI N.º 98/74 — de autoria do Senhor Deputado Francisco Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria dos Negócios da Viação e Obras Públicas, prestar auxílios em forma de reparos às entidades que especifica, relator o Senhor Deputado Lázaro Dumont, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 214/71 — de autoria do Senhor Deputado Hélio Manfrinato, que autoriza o Poder Executivo construir uma Rodovia ligando os Municípios de Cidade Gaúcha, Rondon, Indianópolis, Cianorte, Terra Boa, Engenheiro Beltrão, Barbosa Ferraz a Ortigueira, saindo na Rodovia "BR-376" e dá outras providências, relator o Senhor Deputado Leopoldo Jacomet, parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo a tratar, larei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será pelo Senhor Presidente assinada, bem como por mim Secretário.

(aa) Francisco Borsari Netto — Presidente

Roberto Diniz Satyro — Secretário

### PROMULGAÇÕES:

#### PROJETO DE LEI N.º 179/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor PAULO PINHEIRO SCHMIDT.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19-09-74.

(aa) JOAO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### PROJETO DE LEI N.º 229/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor DAVID ANTONIO DA SILVA CARNEIRO.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19-09-74.

(aa) JOAO MANSUR — Presidente

JORGE SATO — 1.º Secretário

MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

#### 4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

##### Ata da 196.ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 12 de Novembro de 1974 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Marciano Baraniuk e Borsari Neto.

As 14.00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Hélio Manfrinato —



Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (29); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Domício Scaramella — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Poli — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli (18).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 29 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 63/74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 26/74 que objetiva doar ao Município de Santo Antônio do Sudoeste, o lote de terreno sob n.º 4-B, com 1.290,00 m<sup>2</sup>, da Planta Geral da sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. — **Aprovado**.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão. Levanta-se a Sessão.

### 4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

#### Ata da 197.ª Sessão Ordinária

Realizada em 12 de Novembro de 1974 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, Secretariada pelos Senhores Deputados Marciano Baraniuk e Borsari Neto.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (29); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Domício Scaramella — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Poli — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli (18).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei n.º 176/74.

— de autoria do Senhor Deputado Santos Lima, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 167/74.

#### Requerimento

Senhor Presidente.  
O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, e

1.º — Considerando a enorme necessidade que a população de Higienópolis, nesta Capital, tem de um aparelho de telefone, para os momentos de emergência;

2.º — Considerando que tem sido freqüente a necessidade, muitas vezes em altas horas da noite, de solicitar recursos do centro da cidade, principalmente em casos de doenças;

após ouvido o Plenário, respeitosamente, requer seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Renato Antônio Johnson, Digníssimo Presidente da TELEPAR, no sentido de que sejam tomadas as medidas necessárias para a instalação, urgente de um aparelho telefônico, público, nas proximidades do Armazém São Carlos, ou neste local, sito à Rua Albino Kaminski, 55 — Bairro Alto — Tarumã, penúltimo ponto de ônibus de Higienópolis.

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1974.

(a) Ivo Rocha

#### Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente...

REQUER o encaminhamento de veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de determinar a implantação, nas folhas de vencimentos dos Servidores Inativos do Tribunal de Justiça, do reajuste dos proventos de inatividade decorrente do recente aumento de vencimentos concedido aos Escrivães, Oficiais de Justiça, Comissários, Porteiros de Auditório e Auxiliares de Cartório, do Quadro da Justiça, pela Lei n.º 6.592 de 15 de agosto de 1974.

O apelo encontra justificativa no fato dos inativos do Tribunal de Justiça não terem, ainda, recebido o benefício, muito embora estejam legalmente amparados pelo disposto no artigo 143 da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, que diz taxativamente: "Os proventos da inatividade serão sempre reajustados nas mesmas bases percentuais dos aumentos concedidos aos servidores em atividade, de categoria equivalente".

Sendo a disposição do artigo transcrito imperiosa, nenhum óbice legal se antepõe ao reajuste dos proventos dos inativos do Tribunal de Justiça, motivo por que o presente apelo, visando providências e determinações oportunas em benefício de inúmeras pessoas que contribuíram para o engrandecimento do próprio Poder Judiciário, será recebido com simpatia pelo Incólito e Ilustrado Desembargador a quem é dirigido.

Sala das Sessões em 07 de novembro de 1974.

(a) Erondy Silvério

#### Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer a inserção nos Anais da Casa do pronunciamento anexo, relacionado com o problema de Readaptação de Funcionários Públicos do Estado.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1974.

(a) Nelson Buffara

#### ESTADO DO PARANÁ GABINETE DO GOVERNADOR

Of. 290/74.

Curitiba, 11 de novembro de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de solicitar a essa Augusta Assembléia Legislativa em conformidade com o preceito contido no Art. 22, inciso I, "in-fine", da Constituição Estadual, autorização no sentido de que o Doutor Jayme Canet Júnior, Vice-Governador do Estado, possa se ausentar do País por aproximadamente vinte e cinco dias, a contar de 16 do corrente mês, a fim de viajar à Alemanha, França, Suécia e Itália, em missão de interesse do Governo do Estado.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

#### PROJETO DE LEI:

#### PROJETO DE LEI N.º 178/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública o Centro Social Beneficente da Paróquia de São Cristóvão com sede e foro na cidade de Cascavel.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1974.

(a) Iris Caldart

#### JUSTIFICATIVA:

Pelo documento incluso — Estatuto — depreende-se que a Entidade preenche os requisitos necessários à declaração de Utilidade Pública, daí o Projeto que nos permitimos de submeter ao estudo e à deliberação da Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos. Está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 29 Srs. Deputados.

Sobre a mesa Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 98/74, de autoria do Deputado Borsari Neto, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria dos Negócios da Viação e Obras Públicas, prestar auxílios em forma de reparos às entidades que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado**.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 126/74, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao ex-Governador do Estado, Doutor Paulo Cruz Pimentel. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado**.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 130/74, de autoria do Poder Executivo Mensagem n.º 51/74, anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre o Código Sanitário. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.S.P. — **Aprovado**, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 71/74, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo elevar para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a pensão mensal de Maria Alves Espinheira, viúva de ex-funcionário público estadual. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado**.

#### PROJETO DE LEI N.º 71/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a elevar, para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a pensão especial concedida a Maria Al-

ves Espinheira, viúva de Afonso Alves Espinheira, ex-funcionário público estadual.

Art. 2.º — As despesas decorrentes correrão à conta da Dotação Orçamentária própria.

Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1974.

(a) Erondy Silvério

#### JUSTIFICATIVA:

Os motivos que determinaram a concessão do benefício, agravados com o índice inflacionário acentuado, estão a aconselhar a elevação do valor da pensão atualmente paga, pelo Estado, à beneficiária. A aprovação do presente Projeto de Lei, de caráter meramente autorizatório, ensejará ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado o reexame e atualização de um auxílio imprescindível que, se majorado, irá contribuir para minorar as dificuldades financeiras de um ser humano.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 71/74

De autoria do ilustre Deputado Erondy Silvério, o Projeto de Lei em exame autoriza o Poder Executivo a elevar para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) a pensão especial concedida a Maria Alves Espinheira.

Como se trata de mera autorização legislativa, o meu parecer é favorável. Pela aprovação.

Sub-censura.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente.

Nelson Buffara — Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 71/74

Autor: Deputado Erondy Silvério.

Assinado pelo nobre Deputado Erondy Silvério, o Projeto de Lei ora em exame autoriza o Poder Executivo a elevar para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a pensão mensal de Maria Alves Espinheira, viúva de ex-funcionário público estadual.

Do ponto de vista financeiro, que me cabe examinar, a matéria está em condições de ser aprovada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de outubro de 1974.

Quielise Crisóstomo da Silva — Presidente

Antônio Lopes Júnior — Relator.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Ofício firmado pelo Sr. Governador do Estado, constante do Expediente, solicitando a esta Casa, autorização no sentido de que o Dr. Jayme Canet Júnior, Vice-Governador do Estado, possa se ausentar do País. — Autorizado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 176/74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de determinar a implantação, nas folhas de vencimentos dos Servidores Inativos daquele Órgão, do reajuste dos proventos de inatividade, decorrente do recente aumento de vencimentos concedido aos Escrivães, Oficiais de Justiça, Comissários, Porteiros de Auditório e Auxiliar de Cartório. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Santos Lima, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 167/74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Rocha, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de que sejam tomadas medidas necessárias para a instalação de um aparelho telefônico público nas proximidades do Armazém São Carlos, Bairro Alto. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando a inserção nos Anais da Casa do pronunciamento relacionado com o problema de Readaptação de Funcionários Públicos do Estado. — Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 130/74.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 71/74.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 77/74.

Marcando ainda uma Sessão para o dia 14, quinta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 71/74.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 77/74.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 101/74 e 162/74.

Levanta-se a Sessão.

#### MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NELSON BUFFARA, EM SESSÃO PLENÁRIA DO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 1974

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Por diversas vezes ocupamos a Tribuna desta Casa para dirigirmos apelos ao Poder Executivo, no sentido de que fossem tomadas as providências que se faziam necessárias para a regularização dos processos de Readaptação dos Funcionários Públicos de nosso Estado, que por Lei tinham direito a esse benefício.

Lamentavelmente porém, parece que nosso esforço foi infrutífero. Se em outras oportunidades fizemos apelos à administração pública hoje só nos resta lamentar e manifestar o nosso protesto e indignação pelas medidas determinadas pelo Governo em relação ao assunto de Readaptação, que nos parece definitivamente encerrado.

Afirmamos isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, porque, para surpresa nossa e evidentemente de milhares de funcionários injustiçados, temos constatado nas últimas edições do Diário Oficial, que centenas de processos de Readaptação estão sendo sumariamente indeferidos pelo DESP, baseados em parecer da Consultoria Jurídica daquele Órgão.

O instituto da Readaptação, preconizado na Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, publicada em Diário Oficial do dia 20 do mesmo mês e ano, foi sábia em prever o desvio de função do funcionário, quer por necessidade do serviço, quer pelo nível de desenvolvimento, ou quando as funções atribuídas ao mesmo não corresponder mais aos seus pendores vocacionais (artigos 119, 120 e 121).

Fala-nos ainda o artigo 122, §§ 1.º e 2.º, que não poderá haver redução de vencimentos em casos de readaptações, bem como, se a mesma for efetivada no mesmo nível ocupado pelo funcionário apenas mudança de cargo, far-se-á pelo instituto da transferência, ficando este, dispensado das exigências do artigo 96 da Lei 6.174/70, ou seja, — prova de habilitação e interstício — sendo de proposta dos Secretários de Estado ou Diretores de Departamentos autônomos.

Em 8 de março de 1971, foi publicado o Decreto n.º 22.577, de 5 de março de 1971 — REGULAMENTO DA READAPTAÇÃO que em seu artigo 4.º, § 2.º, marcou o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação do aludido Decreto, para aqueles que se julgassem com direito, requererem suas readaptações. O mesmo Decreto determinava a constituição de uma Comissão Própria para examinar os processos e evidentemente emitir parecer.

Pois bem, dentro do prazo regulamentar, cerca de quatro mil funcionários requereram suas readaptações. Entretanto, somente agora decorridos quase quatro anos da publicação do citado Decreto é que o DESP os está examinando e indeferindo de acordo com parecer da Consultoria Jurídica e não da Comissão Própria prevista no Decreto Regulamentador como seria lógico, sendo que todos os indeferimentos estão sendo feitos com base na Constituição Estadual vigente, Emenda Constitucional n.º 3, de 29 de maio de 1971, que não prevê concurso de seleção para os readaptandos, bem como a vedação dada pela Lei Federal n.º 6.091, de 28 de fevereiro de 1970 — Constituição Estadual — em seu artigo 151, autorizou o Poder Executivo Estadual, a promover:

"mediante concurso de provas e títulos, a readaptação dos servidores públicos que, à data da promulgação desta Constituição, estivessem desviados das funções correspondentes às respectivas séries de classes".

Só o fato da Emenda Constitucional n.º 2/70, ter autorizado o Poder Executivo Estadual a promover a Readaptação, tendo inclusive sido baixado Decreto regulamentando-a, marcando prazo para os interessados requererem, cremos nós, ficou assegurado o direito aos mesmos, não se podendo em sã consciência, dar interpretação outra, pelo simples fato de não estar previsto na Emenda Constitucional n.º 3/71, pois que nem precisaria estar inserto na nova Carta, tendo em vista que a anterior já assegurava esse direito, não se podendo falar menos ainda em revogação, eis que esta deve ser expressa, não se encontrando na atual Carta Magna Estadual qualquer dispositivo nesse sentido.

O desvio funcional sempre houve na Administração Pública, por necessidade do serviço, bem como pelo nível de desenvolvimento do funcionário, que ao terminar um curso de nível médio ou superior, deverá forçosamente ser aproveitado dentro de suas novas aptidões, não sendo justo tolher-se a elevação deste dentro dos quadros funcionais, não sendo ainda justo, a administração aproveitar ditos funcionários em funções mais elevadas daquelas em que estão investidos e pelas quais percebem seus vencimentos, desde que o funcionário procura por si mesmo desenvolver suas aptidões sendo mesmo obrigado, como prevê o Estatuto do Magistério — Lei n.º 5.871, de 6 de novembro de 1968, em que é "dever imane do professor diligenciar para o seu constante aperfeiçoamento profissional e cultural", uma vez tendo este cumprido suas obrigações, cremos que a administração também deverá cumprir a sua.

Apenas a título de ilustração, podemos citar o exemplo de um funcionário da Secretaria de Educação e Cultura, que é Bacharel em Direito, exerce funções de Direção em Estabelecimento de Ensino e no entanto é ocupante do cargo de Datilógrafo, nível 10.

Esses os motivos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, de nosso protesto e de nossa indignação por mais essa injustiça cometida pelo Governo contra essa classe funcional que tanto tem cooperado para o engrandecimento de nosso Estado, e que nos leva a indagar: onde está a tão propalada justiça social e valorização do homem, se nem aos mais eficientes colaboradores da administração pública é reconhecido esse direito?

Sala das Sessões, 06 de novembro de 1974.

a) Nelson Buffara".